ACÓRDÃO - AC00 - 2056/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/23306/2016/001
PROTOCOLO	: 1988378
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE BELA VISTA
RECORRENTE	: DOUGLAS ROSA GOMES
ADVOGADOS	: 1. BRUNO ROCHA SILVA – OAB/MS Nº 18.848; 2. ANTONIO DELHINO PEREIRA NETO - OAB/MS Nº 10.094.
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO – DECISÃO SINGULAR – ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL – PROFESSOR – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO – CONVOCAÇÃO – NÃO REMESSA DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA AO TRIBUNAL DE CONTAS DENTRO DO PRAZO LEGAL – INFRAÇÃO A NORMA LEGAL – NÃO REGISTRO – APLICAÇÃO DE MULTA – NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – NÃO PREENCHIMENTOS DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA TC/MS 83 – SÚMULAS 52 E 84 CANCELADAS – GRADAÇÃO DA PENALIDADE ADEQUADA – DESPROVIMENTO.

1. A ausência de documentos necessários para a análise da legalidade da contratação temporária, como a justificativa da contratação, não sendo verificado o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 37, IX, da CF, impossibilita o registro do ato de admissão de pessoal, mostrando-se correta a incidência da multa, que aplicada em valor proporcional à infração.
2. É incabível a aplicação da Súmula n. 83 desta Corte de Contas ao caso, para o fim de reunião de processos análogos, em que figura como parte o recorrente, e de aplicação de multa única, quando verificada a insistência no descumprimento do preceito legal em face do número de contratações ilegais formalizadas, bem como a gradação da penalidade em valor justo, que visa desestimular a incidência da prática de infração.
3. Resta impossibilitada a aplicação das Súmulas 52 e 84 desta Corte de Contas que canceladas, de acordo com a Deliberação TCE-MS n. 32, de 19 de agosto de 2021.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 23ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2021, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pelo **conhecimento e desprovimento** do presente Recurso Ordinário, interposto pelo Sr. **Douglas Rosa Gomes,** mantendo-se o inteiro teor da Decisão

Singular DSG-G.MCM-178/2020, proferida no processo TC/MS 23306/2016, em face da insubsistência das alegações.

Campo Grande, 2 de dezembro de 2021.

Conselheiro **Ronaldo Chadid** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Vistos e etc.

Em exame o **Recurso Ordinário** interposto por *Douglas Rosa Gomes*, ex-Prefeito do Município de Bela Vista/MS, em face à Decisão Singular DSG-G.MCM-178/2019, proferida no processo TC/MS 23306/2016, nos seguintes termos:

> *"1) Pelo **Não Registro do Contrato Temporário s/n.º** do **Sr. Renato Pimentel da Cunha,** uma vez que infringiram o art. 34, da LC n.º 160/12 c/c o art. 145, § 1º, da RN n.º 76/13;*
>
> *2) Pela aplicação de **MULTA** equivalente ao valor de **50 (cinquenta) UFERMS** ao Sr. Douglas Rosa Gomes – Ex-Prefeito Municipal e responsável pela contratação, por grave infração a norma legal, de conformidade com o art. 44, I, da LC n.º 160/12 c/c o art. 170, §1º, I, a, da RN n.º 76/13;*
>
> *3) Pela aplicação de **MULTA** equivalente ao valor de **30 (trinta) UFERMS** ao Sr. Douglas Rosa Gomes – Prefeito Municipal à época, pela não remessa de documentação obrigatória ao Tribunal de Contas dentro do prazo legal, com base no art. 10, §1º, III, da RN n.º 76/13 c/c o art. 44, I, da LC n.º 160/12;*
>
> *4) Pela aplicação de **MULTA** equivalente ao valor de **50 (cinquenta) UFERMS** ao Sr. Reinaldo Miranda Benites – Prefeito Municipal, por não atender à intimação deste Tribunal, com base no art. 44, I, c/c 42, IV, da LC n.º 160/12;*
>
> *5) Conceder prazo regimental para que se comprove o recolhimento da multa em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, com base no art. 83, da LC n.º 160/2012, sob pena de execução;*
>
> *6) Comunicar o resultado do julgamento aos responsáveis e interessados com base no art. 50, da LC n.º 160/2012."*

O Conselheiro Presidente desta Corte de Contas considerou o Recurso tempestivo e cabível, determinando sua distribuição a esta Relatoria, conforme despacho às fls. 26.

De posse dos autos e diante da juntada de documentos no presente Recurso, determinei a remessa à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência para manifestação.

Após analisar os documentos apresentados pelo Recorrente, a equipe técnica às fls. 34-36 (ANÁLISE ANA-DFAPP-8833/2021) constatou a ausência da justificativa da contratação e informou que mesmo se os autos estivem completos, a contratação estaria irregular, uma vez que o servidor está prestando serviço ao

munícipio desde o ano 2014 (TC 04869/2015 e TC 20137/2015), estando esta admissão, que compreende o período de 29/02/2016 a 16/12/2016, em discordância com o art. 3º, inciso III, da Lei Complementar n.º 17/2006, razão pela qual sugeriu o não provimento do recurso.

Em seguida, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, cujo *i. representante* opinou pelo conhecimento e não provimento do Recurso Ordinário interposto pelo ex-Prefeito de Bela Vista/MS, Sr. *Douglas Rosa Gomes*, para que se mantenham integralmente os termos da Decisão Singular DSG-G.MCM-178/2019.

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

A exordial visa combater a decisão publicada em 28 de janeiro de 2019, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, n. 1.944, proferida pelo Ilustre Conselheiro Marcio Campos Monteiro, no processo TC/MS n. 23306/2016.

Considerando os documentos colacionados nos autos, vislumbro que o presente recurso é cabível, adequado e tempestivo, do mesmo modo, quanto aos pressupostos subjetivos, atesto à admissibilidade, visto que foi interposto por Douglas Rosa Gomes, Autoridade Contratante e ex-Prefeito do Município de Bela Vista, por escrito perante o Presidente deste Tribunal de Contas.

Presentes, então, os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, o recurso em epígrafe deve ser conhecido.

Passo à análise do mérito.

Conforme informado, o Sr. Douglas Rosa Gomes apresentou Recurso frente aos comandos da Decisão Singular DSG-G.MCM-178/2019 que decidiu pelo **não registro** do ato de contratação por tempo determinado, sob a forma de convocação de Rafael Pimentel da Cunha, realizado pelo Município de Bela Vista/MS, para exercer a função de Professor e **aplicou multa** no valor correspondente a 80 (oitenta) UFERMS, sendo 50 (cinquenta) UFERMS em virtude da contratação irregular e 30 (trinta) UFERMS por não encaminhamento de documentos a este Tribunal.

A irresignação do Recorrente recai, portanto, sobre o não registro e aplicação de multa, em síntese, alegou que a contratação foi realizada por não haver pessoal concursado e habilitado para o respectivo cargo e que se encontra dentro das

situações impostas para tanto. Fez menção a Súmula 52 e pleiteou ao final à aplicação das Súmulas 83 e 84, todas desta Corte de Contas e requereu ainda a juntada de documentos faltantes dos autos originários.

No caso em tela, verifiquei que o Recorrente encaminhou o instrumento contratual, a declaração de inexistência de candidato habilitado em concurso público e a lei municipal, restando pendente a justificativa da contratação do servidor.

Inicialmente cumpre ressaltar, que além de ser indispensável que o Gestor instrua os autos adequadamente, apresentando toda documentação elencada na Instrução Normativa n. 38/2012 (vigente à época); a contratação também tem que estar amparada pela legislação do Município (lei autorizativa), apontando especificamente a hipótese prevista na norma local.

E o recorrente apenas juntou a Lei Municipal n. 017/2006, às fls. 15-18, mas não apresentou o fundamento legal de acordo com a mencionada lei, que subsidiou a formalização da contratação, descrevendo minuciosamente os fatos que ensejaram a admissão.

É pacífico o entendimento de que havendo necessidade temporária de pessoal o Administrador Público pode utilizar a exceção disposta no art. 37, IX, da Constituição Federal, para que não seja paralisada uma atividade governamental, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual as funções essenciais ou necessárias à coletividade são ininterruptas, independente da forma de provimento do cargo.

Todavia, para fazer uso do permissivo previsto no inciso IX do artigo 37 é necessário comprovar o preenchimento de pressupostos que levam em conta a determinabilidade do prazo da contratação, a temporariedade da carência e a excepcionalidade das situações de interesse público previamente delimitadas em lei.

O ingresso no serviço público sem concurso é medida excepcionalíssima, assim é imprescindível a demonstração dos contornos fáticos que caracterizam a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como a adequação a umas das hipóteses previamente definidas em lei, dado que a contratação de agente público para desempenho de função pública tem de ser, conforme determina o art. 37, IX, da CF, *(a) por tempo determinado, (b) para atender à necessidade temporária, (c) deve esse tipo de necessidade ser de interesse público e, por fim, (d) o interesse público deve ser de caráter excepcional e ter previsão expressa em lei*. Sem essas quatro conotações a contratação é nula, ou pelo menos, anulável, rescindindo-se o acordo, conforme disposição do art. 37, § 2º, da Constituição Federal[1].

[1] ADI 1.500/ES, Rel. Min. Carlos Velloso. Cf., também, CRETELLA JR, José. Comentário à Constituição de 1988. Vol. IV. Forense, São Paulo: 1991, p. 2203.

Verifica-se que no caso concreto, a admissão em análise não cumpre os requisitos legais, visto que além da ausência da justificativa da contratação, o servidor possui vínculo com município desde o ano de 2014 (TC 04869/2015 e TC 20137/2015), sendo esta admissão, que abrange o período de 29/02/2016 a 16/12/2016, não atende o que preceitua o art. 3º, inciso III da Lei Complementar n.º 17/2006. Vejamos:

> *Artigo 3º - As contratações efetivadas nos termos desta Lei;*
>
> *(...)*
>
> *III – O prazo de contratação será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período e deverá mencionar o setor de trabalho e a indicação da excepcionalidade;*

Assim, não há como atribuir legalidade ao ato praticado, uma vez que a contratação infringiu a própria lei municipal, visto que somente admite prorrogação por igual período, e conforme restou demonstrado nos autos, houve uma reiteração de contratação por períodos sucessivos com o mesmo servidor.

Com relação aos pedidos alternativos, em que o Recorrente faz menção à aplicação das Súmulas 52 e 84 desta Corte de Contas, informo que não se aplicam neste caso, além do mais tais enunciados formam cancelamentos, de acordo com a Deliberação TCE-MS n. 32, de 19 de agosto de 2021.

Quanto à aplicação da Súmula 83 deste Tribunal, em que requer a reunião de todos os processos análogos em que figura como jurisdicionado e aplicação de multa única e a redução da penalidade imposta ante a menor gravidade da infração, deve ser afastada, haja vista a insistência do Recorrente em descumprir preceito legal em face do número de contratações ilegais formalizadas e a gradação na aplicação da penalidade, visa desestimular a incidência de prática como esta.

Dessa forma, os argumentos apresentados na exordial não são capazes de ensejar a modificação de qualquer termo da Decisão Singular n. 178/2020, frente à ausência de elementos que demonstrem a legalidade da contratação por tempo determinado, sob a forma de convocação de Sr. Renato Pimentel da Cunha, o que concluo pela manutenção *in totum* da referida Decisão Singular.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** do presente Recurso Ordinário, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, pelo **DESPROVIMENTO,** mantendo-se o inteiro teor da Decisão Singular DSG-G.MCM-178/2020, proferida no processo TC/MS 23306/2016, em face da insubsistência das alegações.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, pelo conhecimento e desprovimento do recurso ordinário.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros; Waldir Neves Barbosa, Osmar Domingues Jeronymo, Jerson Domingos, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente, o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, José Aêdo Camilo.

Campo Grande, 2 de dezembro de 2021.

Conselheiro **RONALDO CHADID**

Relator

KBV / VAB/dssm